

Interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica

Mayra Silva dos Santos¹

Resumo

O presente estudo aborda a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica fundamentada na epistemologia feminista negra. Essa perspectiva promove a desconstrução de práticas opressivas interseccionais, validando as experiências de mulheres negras como formas legítimas de conhecimento. A pesquisa adota uma revisão bibliográfica, baseada em textos como os de Patrícia Collins e Sirma Bilge (2020), Carla Akotirene (2019), Kimberlé Crenshaw (1991), Leslie McCall (2005) e Baukje Prins (2006). Essa análise permitiu examinar criticamente os fundamentos teóricos e as aplicações metodológicas da interseccionalidade, destacando suas contribuições para a análise das condições de grupos historicamente marginalizados. A revisão bibliográfica evidencia que essa ferramenta transcende o âmbito conceitual, sendo essencial para a análise das condições históricas e estruturais que moldam as experiências de mulheres negras e outros grupos marginalizados. Sua aplicação destaca a relevância de integrar práticas investigativas que promovam justiça social e transformação estrutural.

Palavras-Chave: interseccionalidade; ferramenta; mulheres negras.

1.Introdução

O pensamento feminista negro, enquanto epistemologia, propõe uma reflexão baseada nos interesses, vivências e perspectivas das mulheres negras que o constroem. A lógica escravocrata impôs às pessoas negras, em especial às mulheres, experiências marcadas por uma ordem ocidental e colonial. Nesse contexto, o sistema branco, patriarcal e heteronormativo assumiu o controle sobre os critérios de validação do conhecimento, estabelecendo epistemologias alinhadas aos interesses de seu próprio grupo.

A rearticulação do ponto de vista de mulheres negras, permite que as subjetividades das experiências da negritude feminina sejam validadas. Para que esse conhecimento seja construído, o uso e promoção de uma ferramenta capaz de examinar as formas particulares de opressão que afetam mulheres negras é viável. Essa ferramenta é a interseccionalidade.

A intenção deste trabalho é destacar a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica para pesquisas que problematizam as condições e experiências de indivíduos, historicamente marginalizados. Parte-se da ótica da epistemologia feminista negra como teoria que problematiza as condições e experiências de grupos historicamente subalternizados, em especial a mulher negra (Collins, 2019).

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); São Carlos, São Paulo, Brasil; Mayra.silva9152@gmail.com.

A ferramenta é designada a partir de sua capacidade em fazer e não na formulação do conceito em si (Collins e Bilge, 2020). Sua utilização é fundamental na medida que oferece formas de investigação das relações de poder, que determinam condições específicas e sustentam desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, capacidade, nação e idade entre os sujeitos.

A presente investigação adotou a revisão bibliográfica como abordagem metodológica, com ênfase em obras e autoras centrais que discutem a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica. O corpus analisado compreende produções de referência, como Collins e Bilge (2020), Akotirene (2019), McCall (2005), com o artigo *A complexidade da interseccionalidade*, Baukje Prins (2006), em *Relatos narrativos das origens: um ponto cego na abordagem interseccional*, além dos estudos fundacionais de Kimberlé Crenshaw (1991), cuja contribuição é crucial na formulação do conceito.

A escolha por essa metodologia qualitativa e de caráter analítico se justifica pela potência crítica da interseccionalidade, enquanto lente interpretativa capaz de evidenciar os múltiplos marcadores de subalternização que estruturam a experiência de grupos historicamente marginalizados. Ancorada na epistemologia feminista negra, especialmente nos aportes teóricos de Patricia Hill Collins (2019), a pesquisa propôs-se a investigar como as vivências de mulheres negras são atravessadas por sistemas interdependentes de opressão, como raça, gênero, classe, entre outros, os quais demandam uma abordagem metodológica que contemple suas complexidades.

Dessa forma, a revisão bibliográfica não se limitou ao levantamento teórico, mas operou como estratégia crítica de leitura do mundo, permitindo evidenciar como a interseccionalidade, enquanto construção teórica e prática política, funciona como ferramenta metodológica para a análise das desigualdades estruturais. Esse percurso permitiu compreender os contornos e limites da interseccionalidade, bem como suas contribuições efetivas para a produção de conhecimento comprometido com a justiça social e a centralidade das experiências das mulheres negras.

2. O que é interseccionalidade: discussões teóricas e metodológicas

O pensamento feminista negro como epistemologia nos convida a refletir sobre interesses e pontos de vista daquelas que o elaboram (Collins, 2019). O contexto escravocrata instituiu as experiências e as condições de existência de pessoas negras, em especial de

mulheres negras, dentro de uma lógica ocidental e colonialista. Isso permitiu que o sistema branco e heteronormativo controlasse as estruturas de validação do conhecimento e as epistemologias a partir dos interesses do seu grupo.

O feminismo negro nasce como conhecimento especializado na desconstrução de práticas discriminatórias, preconceituosas e historicamente naturalizadas, em busca de justiça social. Segundo Collins (2019), a invisibilização histórica de mulheres negras e a supressão de suas ideias têm sido fatores decisivos para a manutenção das desigualdades sociais. Quer dizer, um sistema amplo de opressão suprime as ideias das intelectuais negras e protege os direitos de uma elite branca, promovendo uma cultura de dominação e silenciamento.

Em seu cerne, o movimento feminista foi construído a partir dos interesses de mulheres de uma elite majoritariamente branca. Apesar de um pequeno número de mulheres negras estarem presentes, seus interesses não eram contemplados dentro das pautas do movimento. A articulação de uma proposta política que contemplasse as vivências, os corpos e as subjetividades de um grupo historicamente subordinado era necessária e emergente (hooks, 2023).

No contexto brasileiro, Sueli Carneiro (2003) afirma que um olhar feminista e antirracista foi capaz de afirmar uma nova identidade política ao movimento: a condição de ser mulher negra. A partir da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, esse olhar promoveu o reconhecimento da luta histórica de mulheres que foram marginalizadas, violentadas e silenciadas em um contexto escravocrata e segregador.

Nesse sentido, a interseccionalidade se constitui como uma ferramenta teórico-metodológica fundamental. Cunhado por Kimberlé Crenshaw, o conceito destaca que as opressões não atuam de forma isolada, mas se sobrepõem e se entrelaçam, produzindo experiências sociais complexas. A interseccionalidade, portanto, não é apenas um conceito analítico; ela se configura como uma epistemologia crítica que revela os modos como raça, classe, gênero, sexualidade, entre outras categorias, se cruzam e estruturam desigualdades.

Na pesquisa, a interseccionalidade propõe um deslocamento metodológico: não se trata apenas de descrever múltiplas opressões, mas de analisar como elas interagem e produzem formas específicas de existência, resistência e exclusão. Quando mobilizada como abordagem metodológica, ela exige o reconhecimento das subjetividades e experiências situadas, valorizando saberes produzidos por mulheres negras em contextos periféricos, muitas vezes desconsiderados pela ciência tradicional.

Dessa forma, a interseccionalidade desafia a neutralidade do conhecimento hegemônico e instaura uma ética da pesquisa comprometida com a justiça social, com a escuta e com a

valorização dos saberes historicamente marginalizados. Ao considerar a complexidade das relações sociais, ela fortalece as epistemologias do sul e os feminismos descoloniais, inserindo a experiência de mulheres negras como fonte legítima de produção de conhecimento.

Para a filósofa e feminista negra Sueli Carneiro (2003, p.3)

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

A construção de violências e subordinações sistemáticas, perpetuadas desde a expansão europeia pelas Américas, instituiu um lugar de marginalização duradoura para afrodescendentes e povos indígenas. Como observa Sueli Carneiro (2003), “o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social” (p. 1). Essa herança colonial não apenas se inscreve em práticas sociais e institucionais, como também influencia os modos de produção e validação do conhecimento.

Enquanto epistemologia crítica, o pensamento feminista negro busca desconstruir os paradigmas opressores herdados da colonialidade, promovendo a validação das experiências de mulheres negras como fontes legítimas de produção teórica. Embora priorize as experiências de mulheres negras, tal perspectiva amplia-se para analisar as condições históricas e sociais que atravessam diferentes grupos subalternizados, como indígenas, mulheres pobres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, articulando uma crítica robusta ao sistema hegemônico de conhecimento.

A formulação dessa epistemologia, segundo Patricia Hill Collins (2019), se ancora em quatro pilares fundamentais: a primeira é a experiência como critério de significado, reconhecendo os saberes oriundos das vivências concretas como fonte válida de conhecimento; a segunda é o uso do diálogo, valorizando a oralidade, a escuta e a coletividade como formas legítimas de produção epistemológica; terceiro a a ética do cuidado, que rompe com a objetividade distanciada da ciência tradicional e assume um compromisso afetivo com a pesquisa; Por último, a ética da responsabilidade pessoal, compreendida como o dever político e intelectual de sustentar os argumentos com coerência e compromisso social.

Esses pilares proporcionam uma base epistemológica alternativa, por meio da qual as subjetividades negras femininas deixam de ser silenciadas para se tornarem centrais na construção de conhecimento crítico e comprometido com a transformação social.

Para compreender e analisar as múltiplas formas de opressão que incidem sobre mulheres negras de maneira simultânea e entrelaçada, a ferramenta teórico-metodológica mais apropriada é a interseccionalidade. Essa noção, sistematizada por Kimberlé Crenshaw nos anos 1980, permite visibilizar como as estruturas de poder operam de forma integrada, negando às mulheres negras o acesso a direitos plenos justamente por ocuparem uma posição interseccional de opressão.

Segundo Collins e Bilge (2020), a interseccionalidade emergiu não apenas como um conceito acadêmico, mas como uma ferramenta prática de análise desenvolvida por ativistas e pesquisadoras negras para “resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar” (p. 18). Para as autoras, a interseccionalidade articula seis temas centrais: desigualdade social, poder, relacionalidade, contexto social, complexidade e justiça social, todos forjados nos contextos de luta contra o racismo, o sexismo, o militarismo e a exploração capitalista.

A obra de Crenshaw, em especial *Desmarginalizando a Intersecção entre Raça e Sexo* (1989) e *Mapeando as Margens* (1991), mostra como os sistemas legais, políticos e culturais invisibilizam as mulheres negras ao analisarem raça e gênero como categorias isoladas. A interseccionalidade, portanto, não busca apenas somar opressões, mas entender como essas opressões se articulam de forma estruturante e estrutural.

Carla Akotirene (2019) reforça esse caráter estruturante ao afirmar que a interseccionalidade demarca um paradigma teórico e metodológico do feminismo negro, sendo instrumento para análise de situações em que racismo, sexismo, classismo e outras formas de opressão operam simultaneamente. Para Akotirene, a interseccionalidade instrumentaliza a denúncia das múltiplas camadas de dominação impostas pelo sistema colonial moderno, permitindo um diagnóstico mais justo das realidades vividas por mulheres negras.

Nesse sentido, Collins e Bilge (2020) destacam que a importância da interseccionalidade reside menos em sua definição conceitual fixa, e mais em sua aplicabilidade prática, isto é, naquilo que ela permite fazer: desvelar relações de poder e sustentar leituras complexas das desigualdades sociais.

Esse esforço analítico é aprofundado por autoras como Leslie McCall (2005), que distingue três abordagens metodológicas na análise interseccional: a abordagem anticategórica, que rejeita o uso de categorias fixas por considerá-las redutoras; a abordagem intercategórica,

que utiliza categorias de forma estratégica para expor desigualdades entre grupos sociais; e a abordagem intracategórica, que foca nas nuances dentro das próprias categorias, revelando heterogeneidades internas. Para McCall, essas abordagens não são excludentes, mas podem ser combinadas conforme o objeto de análise.

Já Baukje Prins (2006), ao estudar histórias de vida de mulheres de origens diversas na Holanda, propõe duas outras abordagens: a construcionista, que enfatiza as relações sociais como formadoras da identidade e a sistêmica, que se concentra na influência das estruturas de dominação sobre os sujeitos, a partir de uma matriz teórica influenciada por Michel Foucault. Esta última permite uma crítica mais incisiva aos sistemas de poder e à naturalização das desigualdades.

Com base nessas contribuições, defendemos uma abordagem sistêmica e intercategórica da interseccionalidade, pois ela se articula diretamente com os fundamentos do feminismo negro e permite compreender como categorias como raça, classe, gênero e outras se cruzam para produzir desigualdades estruturais e específicas.

Assim, ao adotar a interseccionalidade como ferramenta metodológica, alinhada ao pensamento feminista negro, reivindicamos uma forma de fazer ciência comprometida com as experiências subalternizadas, que não apenas revela injustiças, mas propõe formas concretas de superá-las.

A interseccionalidade nos permite enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, uma vez que, categorias de análise como, raça, gênero e sexualidade são, geralmente, tratados de modo isolado, ou seja, sem articulação entre elas, assim como cita María Lugones (2008, p. 58):

A interseccionalidade o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra. A denominação categorial constrói o que nomeia. Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispanica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizam as mulheres de cor.

A vivência de mulheres negras demanda uma ferramenta analítica específica, capaz de captar a complexidade de suas experiências marcadas por atravessamentos históricos de racismo, sexismo, exploração de classe, entre outros sistemas de dominação. Nesse contexto, a interseccionalidade emerge como um instrumento teórico-metodológico indispensável, articulado a partir do pensamento feminista negro, para compreender e enfrentar as múltiplas dimensões da opressão que afetam esse grupo.

Audre Lorde (2019) aponta que, ao longo da história ocidental, as diferenças humanas foram simplificadas e sistematicamente oprimidas por estruturas normativas que definem um padrão de referência. Qualquer identidade que escapa a esse padrão é considerada “diferente” e, portanto, marginalizada. Como destaca a autora, dentro dessa lógica, a diferença é ignorada, assimilada ou destruída, dependendo de sua posição percebida na hierarquia social (Lorde, 2019, p. 247).

No interior do próprio movimento feminista, essa lógica excludente se manifestou na forma como as mulheres negras foram tratadas como “as outras”, cujas experiências seriam “exóticas” ou “incompreensíveis” frente à narrativa dominante. A interseccionalidade, nesse sentido, opera como ferramenta política e epistêmica, possibilitando a crítica a essas exclusões e a construção de espaços onde as demandas de grupos marginalizados sejam efetivamente reconhecidas.

No Brasil, essa articulação encontra força no movimento de mulheres negras, principalmente a partir da segunda metade do século XX, em diálogo com as Conferências Mundiais sobre a Mulher promovidas pela ONU. Um marco importante foi o Manifesto das Mulheres Negras, apresentado no Congresso Brasileiro de Mulheres em 1975, no qual foram explicitadas demandas relacionadas a trabalho, família, gênero, raça e sexualidade (Collins e Bilge, 2020). Esse momento inaugura um uso consciente da interseccionalidade como ferramenta de articulação política e crítica social.

Durante o regime militar brasileiro (1964-1985), o Estado propagava o “mito da democracia racial”, que negava oficialmente a existência de desigualdades raciais. Tal discurso contribuía para invisibilizar as opressões específicas vividas pelas mulheres negras, cuja realidade era marcada por subordinação simultânea de raça e gênero. Como resposta, intelectuais como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro mobilizaram uma crítica contundente a esse projeto de invisibilidade, utilizando a interseccionalidade como recurso teórico para nomear e evidenciar essas opressões.

Como destacam Collins e Bilge (2020), a interseccionalidade é uma ferramenta que não apenas descreve experiências, mas permite compreendê-las em sua complexidade, relacionalidade e historicidade. É por meio dela que se evidencia como diferentes sistemas de poder, como o racismo, o patriarcado e o capitalismo, operam de forma combinada para produzir desigualdades específicas. Assim, a interseccionalidade torna-se um instrumento de leitura crítica da realidade e de construção de resistências coletivas.

No contexto brasileiro, essa ferramenta foi essencial para o fortalecimento de uma identidade política coletiva entre mulheres negras, ao mesmo tempo que impulsionou formas

inéditas de organização e denúncia. Ao articular as experiências particulares das mulheres negras com uma análise estrutural das desigualdades, a interseccionalidade cumpre seu papel fundamental: transformar vivências subalternizadas em categorias legítimas de análise e ação política.

3. Considerações finais

Cabe destacar que a vivência de mulheres negras exige uma ferramenta analítica própria, uma vez que suas experiências são moldadas por entrecruzamentos históricos e cotidianos de racismo, sexismo, exploração de classe, entre outras formas de opressão. A revisão bibliográfica realizada neste estudo permitiu examinar as bases teóricas e os desdobramentos metodológicos da interseccionalidade, a partir de sua formulação no seio do pensamento feminista negro e sua consolidação como instrumento de análise crítica das desigualdades sociais (Collins, 2019; Crenshaw, 1991).

Mais do que um conceito estático ou descritivo, a interseccionalidade se configura como uma ferramenta metodológica potente e flexível, capaz de captar a complexidade das relações de poder que operam simultaneamente nas dimensões de raça, gênero, classe, sexualidade, geração, nacionalidade, entre outras. Seu caráter dinâmico permite investigar os modos como essas categorias se articulam de maneira situacional e estrutural, revelando padrões de subordinação frequentemente invisibilizados por abordagens analíticas tradicionais.

Nesse sentido, a interseccionalidade transcende os limites conceituais para se afirmar como um dispositivo estratégico de investigação e intervenção social, que ilumina as especificidades das experiências das mulheres negras e propõe caminhos para enfrentamento das injustiças sistêmicas. Ao longo deste estudo, foi possível evidenciar como essa perspectiva amplia a compreensão das desigualdades estruturais e possibilita a formulação de estratégias mais eficazes de resistência, mobilização e transformação social.

Portanto, reconhecer e utilizar a interseccionalidade como ferramenta metodológica é essencial para a produção de conhecimento comprometido com a justiça social, pois ela permite não apenas descrever realidades complexas, mas também atuar sobre elas, contribuindo para a construção de práticas e políticas mais equitativas, sensíveis às múltiplas formas de opressão que marcam a trajetória das mulheres negras.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados [online]*, v. 17, n. 49, 2003. pp. 117-133. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>. Acesso em: 17 ago. 2022. ISSN 1806-9592.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Difel, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- MCCALL, Leslie. *The complexity of intersectionality*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.
- PRINS, Baukje. *Narrative accounts of origins: a blind spot in the intersectional approach?* *European Journal of Women's Studies*, v. 13, n. 3, p. 277-290, 2006.
- VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Universidade de São Paulo (USP), 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

La interseccionalidad como herramienta teórico-metodológica

Resumen

Este estudio aborda la interseccionalidad como una herramienta teórico-metodológica basada en la epistemología del pensamiento feminista negro. Esta perspectiva promueve la deconstrucción de prácticas interseccionales opresivas, validando las experiencias de las mujeres negras como formas legítimas de conocimiento. La investigación adopta una revisión bibliográfica, basada en textos como los de Patricia Collins y Sirma Bilge (2020), Carla Akotirene (2019), Kimberlé Crenshaw (1991), Leslie McCall (2005) y Baukje Prins (2006). Este análisis permitió examinar críticamente los fundamentos teóricos y las aplicaciones metodológicas de la interseccionalidad, destacando sus contribuciones al análisis de las condiciones de los grupos históricamente marginados. La revisión bibliográfica muestra que esta herramienta trasciende la esfera conceptual y es esencial para analizar las condiciones históricas y estructurales que conforman las experiencias de las mujeres negras y otros grupos marginados. Su aplicación pone de relieve la importancia de integrar prácticas de investigación que promuevan la justicia social y la transformación estructural.

Intersectionality as a theoretical-methodological tool

Abstract

This study looks at intersectionality as a theoretical-methodological tool based on the epistemology of black feminist thought. This perspective promotes the deconstruction of oppressive intersectional practices, validating the experiences of black women as legitimate forms of knowledge. The research adopts a bibliographical review, based on texts such as those by Patricia Collins and Sirma Bilge (2020), Carla Akotirene (2019), Kimberlé Crenshaw (1991), Leslie McCall (2005) and Baukje Prins (2006). This analysis made it possible to critically examine the theoretical foundations and methodological applications of intersectionality, highlighting its contributions to the analysis of the conditions of historically marginalized groups. The literature review shows that this tool transcends the conceptual sphere and is essential for analyzing the historical and structural conditions that

shape the experiences of black women and other marginalized groups. Its application highlights the importance of integrating research practices that promote social justice and structural transformation.

Keywords: intersectionality; tool; black women.

L'intersectionnalité en tant qu'outil théorique et méthodologique

Résumé

Cette étude examine l'intersectionnalité en tant qu'outil théorique-méthodologique basé sur l'épistémologie de la pensée féministe noire. Cette perspective promeut la déconstruction des pratiques intersectionnelles oppressives, en validant les expériences des femmes noires comme formes légitimes de connaissance. La recherche adopte une analyse bibliographique, basée sur des textes tels que ceux de Patricia Collins et Sirma Bilge (2020), Carla Akotirene (2019), Kimberlé Crenshaw (1991), Leslie McCall (2005) et Baukje Prins (2006). Cette analyse a permis d'examiner de manière critique les fondements théoriques et les applications méthodologiques de l'intersectionnalité, en soulignant ses contributions à l'analyse des conditions des groupes historiquement marginalisés. La revue de la littérature montre que cet outil transcende la sphère conceptuelle et qu'il est essentiel pour analyser les conditions historiques et structurelles qui façonnent les expériences des femmes noires et d'autres groupes marginalisés. Son application souligne l'importance d'intégrer des pratiques de recherche qui promeuvent la justice sociale et la transformation structurelle.

Mots clés: intersectionnalité; outil; femmes noires.